

O CLAUSTRO DA COLEGIADA DE NOSSA SENHORA DA OLIVEIRA DE GUIMARÃES *

Lúcia Maria Cardoso ROSAS

O trabalho de Yves Esquieu *Autour de nos cathédrales* publicado em 1992¹ interroga uma das questões mais caras à investigação da História de Arte dos últimos anos, ou seja, o conhecimento das funções da arquitectura para um melhor entendimento do agenciamento dos seus espaços.

O autor dedica uma parte do seu estudo aos claustros das catedrais, das regiões do Ródano e do litoral mediterrânico francês, concluindo que a construção do claustro porticado, como estrutura central de organização dos edifícios do cabido, não deve ser abordada por simples comparação com os programas monásticos, como habitualmente se faz². Não obstante cumprirem funções por vezes comuns aos do claustro do mosteiro, o arranjo dos claustros das catedrais deve ser entendido no quadro da evolução institucional dos cabidos, bem como nos rituais litúrgicos e cívicos que lhes são particulares.

A implantação urbana de catedrais e colegiadas encontra frequentemente condicionantes na distribuição das construções claustrais – ou reconstruções – uma vez que a malha urbana das cidades medievais e o lugar da igreja, por vezes em sítio alto e terreno de acentuado declive, determinam uma relação diversa entre o templo, os edifícios dedicados à vida dos cônegos e o claustro, daquela que encontramos nos mosteiros da época românica construídos em terrenos desafogados, quando se padronizou o sistema de relação entre o claustro e a igreja, embora anteriormente já praticado.

Dedico este trabalho ao Prof. Doutor Carlos Alberto Ferreira de Almeida. O tema foi objecto da troca de algumas impressões que o interessaram. O seu interesse e concordância com as questões que lhe apresentei então, constituíram o maior estímulo no prosseguimento da investigação.

* Este trabalho insere-se no âmbito do Projecto Praxis XXI-2./2.1/CSH/702/95.

¹ Esquieu, Yves, *Autour de nos Cathédrales. Quartiers canoniaux du sillon rhodanien et du littoral méditerranéen*, Paris, C.N.R.S. Éditions, 1992.

² Idem, *ibidem*, p. 185.

Na Sé-Velha de Coimbra foi necessário escavar o morro de acentuado pendor para erguer o claustro [1218]³, cujo eixo é oblíquo relativamente à planta da igreja. A galeria oriental ultrapassa, francamente, a leste, o plano da cabeceira. O claustro da Sé de Lisboa, também de edificação posterior ao templo⁴ e igualmente construído em terreno acidentado, desenvolve-se para Oriente, ou seja atrás da cabeceira e não lateralmente à igreja. Esta disposição que nos parece excepcional é frequente na Alemanha, especialmente na região do Mosa⁵, em catedrais e colegiadas. A sua influência terá chegado a Avignon onde o claustro se implanta a oriente da cabeceira⁶.

Verificados estes exemplos surge com menor carácter de excepção o claustro da colegiada de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães, na sua disposição pouco frequente: contorna a cabeceira, desde o braço norte do transepto e corre depois lateralmente ao alçado sul da igreja terminando em galeria ocidental [fig. 1]. A quadra interior é pequena, não só porque a cabeceira foi consideravelmente aumentada nos séculos XVII e XVIII⁷, mas porque o espaço entre a galeria sul e a igreja é muito curto quando o comparamos com a maioria dos claustrs que tanta importância conferem a esta quadra aberta, onde há sempre um poço, tanque e/ou lavabo e laranjeiras, verdadeiro centro do *paradeisos* que é, estrutural e simbolicamente, o claustro monástico⁸.

A reconstrução do templo iniciada em 1387, voto de D. João I, teve o seu programa, em arquitectura gótica, condicionado pela estrutura urbana de Guimarães definida e ocupada na área que circundava a igreja e dependências, na época em que decorreram as obras encomendadas pelo rei⁹, aspecto que terá sido decisivo também na estrutura do claustro apesar de corresponder a construção de época distinta.

O claustro da colegiada de Guimarães coloca, façamos o ponto da situação, duas questões fundamentais: a razão da sua estrutura peculiar que já relacionámos com o espaço disponível, mas que deverá ser também equacionada com a função de um claustro de colegiada e a época do arranjo que o claustro apresenta actualmente.

Segundo José Marques a colegiada de Guimarães já existia em 1110 sucedendo como colégio clerical¹⁰ ao mosteiro fundado por Mumadona Dias. Seguindo o modelo da Catedral de Braga, as colegiadas eram constituídas por um cabido de cônegos presidido por prior e tinham como função assegurar o esplendor do culto litúrgico quoti-

³ Dias, Pedro, *A Arquitectura Gótica Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994, p. 56.

⁴ O claustro da Sé de Lisboa estava em construção em 1332. Cfr. Dias, Pedro, *O.c.*, p. 105.

⁵ Sobre os claustrs desta região consulte-se: Sturler, Jean, *A propos des Cloîtres Orientaux des Régions Mosanes ... et d'Ailleurs*, in «Mélanges Félix Rousseau. Études sur l'Histoire du Pays Mosan au Moyen Âge», Bruxelles, 1958.

⁶ Esquieu, Yves, *O.c.*, p. 163

⁷ A capela-mor foi remodelada em 1676 e, novamente, depois de 1770. Esta última reforma imposta pelo Prior não foi do agrado do Cabido já que o projecto de ampliação da ábside conduzia à alteração do claustro, o que se verificou. Em carta de 19 de Maio de 1771 o Cabido escreve ao Prior:

«Tudo isto se hia executando na forma das intencoins de V. Ex^a porem vemos agora estando a obra ja com algum adiantam^{to}, q. o claustro sendo hum accessorio dos principais desta Igr^a, que fica bastantem.te disforme, com a parede q. hade entrar pella parte superior (...).» Documento publicado por Oliveira, Manuel Alves de, *A Colegiada de Guimarães sob o signo de Pombal*, sep. do «Boletim de Trabalhos Históricos», Guimarães, 1970, p. 107.

⁸ Sobre este assunto veja-se, entre outros: Delumeau, Jean, *Uma História do Paraíso. O Jardim das Delícias*, Lisboa, Terramar, 1994, pp. 148-150 (edição original em língua francesa de 1992).

⁹ Dias, Pedro, *O.c.*, pp. 129-130. Acerca da estrutura e ocupação urbana na área que envolve a Colegiada consulte-se o estudo de: Ferreira, Maria da Conceição Falcão, *Uma rua de Elite na Guimarães medieval (1376-1438)*, Guimarães, Ed. da Câmara Municipal de Guimarães, 1989.

¹⁰ Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no século XV*, Lisboa, I.N.,/C.M., 1988, p. 481.

diano, ou seja o canto das horas, a celebração da Eucaristia¹¹ e procissões, e também o ofício dos defuntos e a cura das almas¹².

À semelhança da divisão de bens entre a mesa arquiépiscopal e a mesa capitular, recomendada pelo Concílio de Latrão em 1139 e adoptada na Sé de Braga em 1173¹³, a colegiada de Guimarães em acordo celebrado a 15 de Junho de 1223 entre o prior e o cabido procedeu à divisão do património. D. Diogo, prior da colegiada, comprometeu-se por si e por todos os seus sucessores, a fornecer os ornamentos necessários à igreja e ao altar e a fazer as obras que fossem necessárias no refeitório, dormitório, capítulo, adega, celeiro e via-sacra:

«... *reficere et cooperire ecclesiam et omnes domos que in circuitu ecclesie sunt quando necesse fuerit puta refectorium dormitorium capitulum apotecam et celarium panis et viam sacram et eisdem coherenciaet subire honera Romane Ecclesie et domini Regi ...*¹⁴.»

Não obstante o documento mencionar os edifícios que cercam a igreja, não refere a existência de um claustro – apesar de o texto poder ser omissivo – embora explicitamente uma *via-sacra*.

Yves Esquieu anota vários exemplos, datados dos séculos XI e XII, referentes à construção de refeitório, dormitório e celeiro, para serviço do cabido, sem que haja uma referência explícita ao claustro de galerias, implantado posteriormente no pátio, regular ou não, comum aos edifícios citados. O conjunto dos edifícios do cabido é frequentemente designado por *claustrum*, mas a palavra designa também o espaço ocupado pelas várias construções, por vezes cercadas por muros ou mesmo muralhas, ou seja os quarteirões destinados à vida da catedral¹⁵.

Na catedral de Cavillon existia apenas, até ao início do século XIII¹⁶, uma galeria no sentido Norte-Sul, destinada a permitir a circulação entre os aposentos mais importantes da vida capitular¹⁷.

O termo *via-sacra* designa habitualmente o exercício de Piedade em que se evocam os passos da Paixão de Cristo ou a série de representações figurativas alusivas ao tema, ou ainda, e por extensão, as orações que se rezam diante desses quadros¹⁸. Neste sentido utilizam-se os termos equivalentes de *Via Dolorosa* e *Via Crucis* ou *Caminho da Cruz*¹⁹ assinalado por uma série de cruzes que conduzem a um ponto mais alto, simbolicamente o Calvário.

O percurso, desta forma organizado, principalmente quando é público, é bem conhecido na Época Barroca que tanto dramatizou a sua litúrgia e mesmo já no princípio de quinhentos, mas sabemos que depois das Cruzadas e decorrente do acto de

¹¹ Idem, *ibidem*, pp. 479 e 587.

¹² Ramos, Cláudia Maria Toriz da Silva, *O Mosteiro e a Colegiada de Guimarães (c. 950-1250)*, Porto, v. 1., Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1991, p. 92.

¹³ Marques, José, *O.c.*, p. 324.

¹⁴ Documento citado e transcrito parcialmente por Marques, José, *O.c.*, p. 517. Sublinhado nosso.

O respectivo documento encontra-se no Arquivo Municipal Alfredo Pimenta (Guimarães), *Pergaminhos da Colegiada da Senhora da Oliveira*, nº 14.

¹⁵ Esquieu, Yves, *O.c.* p. 163.

Cfr. Viollet-le-Duc, E., S./v. *Cloître*, «Dictionnaire Raisoné de l'Architecture Française du XI au XVI siècle», Paris, v. 3, 1875. Viollet-le-Duc nomeia o *claustrum* de Notre Dame de Paris como um dos casos em que o claustro era um aglomerado de casas delimitado por um muro fechado, e não exactamente uma quadra de galerias porticadas.

¹⁶ Idem, *ibidem*, p. 156.

¹⁷ Idem, *ibidem*, p. 163-165.

¹⁸ Moraes e Silva, António de, S./v. *Via-Sacra*, Dicionário da Língua Portuguesa, Lisboa, v. XI, 10ª ed., 1945.

¹⁹ Vários, S./v. *Via Sacra*, «Dicionário Cultural da Bíblia», Lisboa, Publicações D. Quixote, 1996.

peregrinar a Jerusalém, percorrendo o caminho de Jesus na sua Paixão, a prática piedosa da via-sacra tem indícios na Idade Média portuguesa, ainda mal conhecidos, embora já documentados em 1467. Nesta data Frei João Alvares lembrava aos monges de Paço de Sousa o que lhes ordenara: na sexta-feira de Endoenças fariam «a procissão e sepultura de Nosso Senhor e o Planto et cetera...»²⁰.

Perguntamo-nos se a narrativa da peregrinação de S. Teotónio a Jerusalém²¹, contada pelo Santo a um cônego de Santa Cruz de Coimbra e por este escrita, inserida na *Vita Sancti Theotonii*, enumerando e descrevendo minuciosamente todo o percurso do peregrino, terá constituído um modelo de procissão, seguido no mosteiro de Santa Cruz, fomentado por S. Teotónio, e adoptado em outras comunidades de monges e de cônegos.

Nesta narrativa o autor alude à caminhada do Santo pela «via-sacra, em que os apóstolos depuseram o corpo da Mãe de Deus», entrando depois na igreja de S. Pedro do Canto do Galo e no sepulcro de Tiago, descendo ao vale de Josafat, rezando na sepultura da Virgem e subindo a Getsemani²².

Via-sacra não é, neste caso, significado exacto de *via dolorosa* ou *via crucis*, o caminho que Jesus percorreu com a Cruz, descrita anteriormente²³, mas do caminho sagrado/sacralizado pela passagem de Cristo, de sua mãe, dos Apóstolos. O documento da Colegiada de Guimarães (1223) ao enumerar a via-sacra como um dos *domos* que circundam a igreja referir-se-à a uma galeria onde decorria a procissão de Sexta-Feira de Endoenças e/ou a um espaço certamente coberto [porticado] onde decorriam variadas procissões?

Bango Torviso informa-nos que na catedral de Santiago de Compostela, o coro situado na nave era unido à cabeceira da igreja por um caminho que atravessava o espaço do transepto, demarcado com cancelas ou correntes, por onde passavam as grandes procissões solenes. Este caminho era conhecido por *via-sacra*²⁴. Na catedral de Valência o drama litúrgico da Assunção de Cristo, escrito e representado nos inícios do século XV, desenrolava-se no interior da igreja. Entre o coro e o estrado construído para a representação era percorrido um caminho designado *via sacra*²⁵.

É curioso notar que em documento de Visitação de 1705 é consignado «sob pena de excomunhão *ipso facto* que nenhuma mulher de qualquer qualidade que seja corra a via sacra do claustro da Collegiada...»²⁶ de Guimarães.

Alfredo Guimarães que, com Baltazar de Castro, restaurou o claustro de Nossa Senhora da Oliveira, conheceu em 1928 «algumas pinturas a fresco, embora em deplorável estado de ruína, sendo uma ao lado direito da face exterior da capela de S. Brás, representando Cristo a caminho do Calvário, e que deveria em tempos ter tido continuação, decorando, no claustro, o chamado recinto da VIA-SACRA²⁷». Em 1682

²⁰ Citado por Martins, Mário, *Peregrinações e Livros de Milagres na Nossa Idade Média*, Lisboa, Brotéria, 2ª ed., 1957, p. 146. A *Vita Sancti Theotonii* está incluída nos *P.M.H., Scriptores*, t.1, p. 81-83.

Sobre este assunto veja-se, do mesmo autor: *Uma narrativa Marítima do século XII*, Coimbra, «Brotéria», nº 47, 1948, pp. 257-267.

²¹ Agradecemos ao Profº Doutor José Marques a chamada de atenção para o relato da peregrinação de S. Teotónio.

²² Citado por Martins, Mário, *Peregrinações e Livros de Milagres (...)*, p. 153.

²³ *Idem, ibidem*, p. 152.

²⁴ Bango-Torviso, Isidro, «Edifícios e imágenes medievales. História y significado de las formas», *Historia de España*, Madrid, v. 11, *Historia* 16, 1995, p.37.

²⁵ Santiago Sebastian, *Mensaje Simbolico del Arte Medieval. Arquitectura, Iconografía, Liturgia*, Madrid, Ed. Encuentro, 2ª edição, 1996, pp. 436-437 (1ª edição de 1994).

²⁶ Documento citado por Teixeira, Maria Emília Amaral, *Aspectos do Claustro do Museu Regional de Alberto Sampaio*, «Revista de Guimarães», Guimarães, v. 70, nºs 1-2, Jan.-Jun., 1960, p. 151.

²⁷ Guimarães, Alfredo, *Mobiliário Artístico Português*. Guimarães, Edições Pátria, 1935, p. 79.

A capela de S. Brás situa-se na galeria sul do claustro.

uma medição do claustro refere o «altar do Descimento»²⁸ situado no extremo oriental da galeria sul, a mesma onde Alfredo Guimarães encontrou os vestígios de pintura. A localização deste altar parece confirmar a existência de uma via-sacra/via-dolorosa que percorria a galeria sul e terminaria na galeria oriental, pese embora as informações corresponderem a épocas tão díspares. O termo via-sacra, de tão remota referência (1223), não terá coincidido sempre com os Passos da Paixão, como nitidamente significa nos séculos XVII e XVIII, mas tão só como caminho das procissões, de constantes referências na vida litúrgica da Colegiada.

O *Regimento* de 1663²⁹ permite-nos entender o percurso das procissões que seguiam o calendário litúrgico (fig. 1). Os membros do cabido, em pé junto às respectivas cadeiras (do coro), começavam a procissão pela capela-mor, saíam por uma porta que através do braço norte do transepto dá acesso ao claustro, atravessavam as duas pequenas galerias que contornam a norte a cabeceira da igreja, percorriam as alas oriental e sul e saíam do claustro por uma porta da curta galeria ocidental, entrando na igreja pelo pórtico principal. A procissão terminava na zona da cabeceira. Quando a chuva era muita, os membros do cabido e os acólitos recolhiam por uma porta aberta no absidiolo sul³⁰.

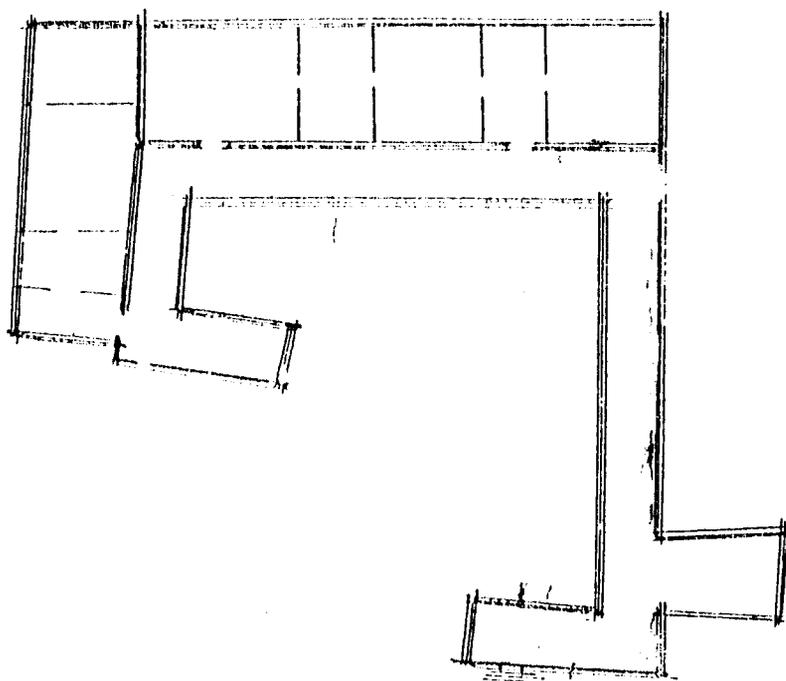


Fig. 1 – Planta do claustro da Colegiada, segundo Maria Emília Amaral Teixeira.

²⁸ Documento de 12 de Março de 1682 transcrito por Faria, João Lopes de, *Velharias da Colegiada*, ms., 1896/1897, L^o 6, *Tombos das igrejas da Colegiada*, fol. 138. Este manuscrito guarda-se na Biblioteca da Sociedade Martins Sarmento.

²⁹ Cfr., para a definição deste itinerário, as várias procissões regimentadas pelo prior Diogo Lobo da Silveira em 1663, documento publicado e anotado por: Almeida, Eduardo de, *Regimento para o sacristão da I. e R. Colegiada (...)*, «Revista de Guimarães», Guimarães, v. 25, nº 3, Julho-Set., 1925, pp. 219-226, nº 4, p. 283-308, v. 26, nºs 1 e 2, Jan.-Junho, 1926, pp. 27-40.

³⁰ Esta abertura não existe actualmente.

Anteriormente ao restauro (1928-1935)³², segundo nos informa Maria Emília Amaral Teixeira, a distância entre aquela porta e o piso inferior da casa do cabido, era coberta por «um passadiço telhado e envidraçado, para cuja construção houve que fazer desaparecer uma coluna e seu capitel, que no ritmo dos outros se elevava, justamente a meio caminho, daquela porta e da que dava directamente para a sua residência [do prior]»³³. Todo o claustro estava envidraçado e caiado como já nos refere, em 1881, A. J. Ferreira Caldas³⁴.

Nos *Livros de Visitação* quinhentistas as «crastas» da colegiada são mencionadas frequentemente, assim como as funções que aquele espaço desempenhava.

No claustro, o mestre-escola ensinava os meninos do coro a ler e a cantar e, segundo determinação do Cardeal D. Henrique de 1538, os curas da colegiada deviam ensinar todos os dias, no claustro, as orações e doutrina cristã aos «fregueses» que as ignorassem, seus filhos com mais de cinco anos, criados e escravos³⁵. Também nas galerias claustrais se desenrolavam reuniões civis, como se infere de uma carta régia de 1333³⁶ e em repetidas ocasiões eram assinados emprazamentos e outros contratos no «cabido», no «cabido velho», enquanto as confrarias reuniam junto às respectivas capelas que tinham instituído no claustro³⁷.

A ligação da colegiada à comunidade civil é bem patente em toda esta documentação.

As várias funções do claustro em catedrais e colegiadas, estudadas por Yves Esquieu são em tudo semelhantes às que encontramos em Nossa Senhora da Oliveira, não obstante a documentação apresentada por aquele autor ser muito mais precoce. Encontramos um paralelismo no percurso das procissões realizadas na Colegiada de Guimarães e nas igrejas catedrais de Maguelone e Vienne, cuja respectiva descrição remonta aos séculos XIII e XIV. Também nos seus claustros era administrado o ensino às crianças. Se bem que o desenrolar de procissões e o ensino seja, no essencial, comum à vida do claustro monástico, os actos relativos ao temporal – doações, vendas, reuniões, etc., – constituem uma particularidade das funções do claustro de catedrais e colegiadas, amplamente referida – desde o século XII – nos casos de Avignon, Aix, Carpentras, Nîmes, Orange e Vienne³⁸.

O claustro, lugar da vida litúrgica e civil, foi simultaneamente espaço tumular, e também nesta função, não só de priores ou clérigos³⁹, mas repetidamente de famílias

³¹ Teixeira, Maria Emília Amaral, *O.c.*, p. 133.

³² Sobre o restauro do claustro, cujas obras fundamentais decorreram entre 1928 e 1929, embora tivessem prosseguido até 1935, consulte-se o que escrevemos em: *Monumentos Pátrios. A arquitectura religiosa medieval – património e restauro (1835-1929)*, Porto, v. 2, 1995, dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 198-214.

³³ Teixeira, Maria Emília Amaral, *O.c.*, p. 158.

A casa do cabido, residência do prior e cartório da igreja, cuja porta (ou portas) abriam para a galeria sul do claustro, situavam-se no edifício actualmente ocupado pela administração do Museu Alberto Sampaio, situado à esquerda de quem entra no Museu.

³⁴ Caldas, António José Ferreira, *Guimarães. Apontamentos para a sua história*, Porto, v. 2, 1881, p. 21.

³⁵ Soares, Franquelim Neiva, *Ensino e Arte na região de Guimarães através do Livros de Visitações do século XVI*, «Revista de Guimarães», v. 93, Jan.-Dez., 1983, pp. 352 e 357.

³⁶ Documento de D. Afonso IV publicado por: Carvalho, A. L. de, *Os mesteres de Guimarães*, v. 4, Ministério da Educação Nacional, 1939, p. 157.

³⁷ Cfr. documentos de 1552 e de 1616 citado, o primeiro e transcrito o segundo, por Teixeira, Maria Emília Amaral, *O. c.*, pp. 134-136.

³⁸ Esquieu, Yves, *O.c.* pp. 159-161.

³⁹ Já a tumulação de abades e priores de mosteiros, nas alas dos claustros, era para estes reservada, com excepção de famílias da nobreza com laços institucionais à casa monástica. Sobre este assunto veja-se: Barroca, Mário Jorge, *Epigrafia Medieval Portuguesa (863-1422)*, v. 2, t. 2, Porto, 1995, *passim*, (dissertação de doutoramento policopiada apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto).

Os claustros das catedrais recebiam a tumulação não só de priores, cônegos e outros membros do cabido, mas também de famílias da nobreza, mercadores e gente de outros ofícios. Sobre este assunto veja-se a descrição dos claustros das Sés de Lisboa, Coimbra (Sé-

da nobreza, mercadores e pobres. *O Inventário geral da Insigne e Real Collegiada (...)* datado de 1665 descreve as galerias do claustro (e a igreja) repletas de sepulturas, túmulos em arco-sólios, capelas e altares, com retábulos pintados ou esculpidos, erguidos para tumulação e destinados a sufrágios, juntamente com altares de devoção de confrarias e de particulares. Por trás da cabeceira «no adro de terra solta» eram enterrados os pobres da Misericórdia, dos hospitais, e os presos⁴⁰.

O claustro apresentava-se pleno de informações sobre a vida, a morte e a devoção que no decorrer dos tempos acumularam neste espaço dados preciosos para o seu entendimento. Cremos que compreenderíamos melhor a planimetria desta crasta se nela se tivessem conservado os elementos que referimos.

Este claustro tem sido classificado como românico e datado de meados do século XIII, o que contribui para o valorizar, dado o desaparecimento quase total de claustros daquela época no nosso país.

Há contudo uma série de factores que se conjugam e que nos levam a datar o seu arranjo actual do século XVI, embora notando que existem peças reaproveitadas, e outras que copiam elementos românicos pertencentes ao claustro anterior.

Em 1620, Pedro de Mesquita, cónego da Colegiada, desde 1595, escreve no *Livro de Lembranças (...)* de Nossa Senhora da Oliveira⁴¹:

«Dom Diogo Pinheiro Prior de Guimarães e bispo do funchal, foi filho do doutor Pedro Esteves, e de sua mulher dona Isabel pinheira:

Este fez as crastas e a torre dos sinos desta igreja e a capella do dito seu pai e mai que esta debaixo da dita torre em tempo delrei Dom Manuel⁴²».

A informação é repetida em 1692 pelo P^e Torquato Peixoto de Azevedo que pode ter simplesmente utilizado o *Livro* anterior como fonte:

«15^o D. Diogo Pinheiro, commendatario do mosteiro de Carvoeiro, e de S. Simão da Junqueira, dos cónegos regrantes, prelado de Thomar, e primeiro bispo do Funchal, o qual acabou de levantar a torre dos sinos desta igreja, que seu pai o doutor Pedro Esteves Gonçalves Cogominho tinha pincipiado e fez o claustro: foi confirmado bispo por Leão 10^a em 1514⁴³».

Francisco Xavier da Serra Craesbeeck (1726), afirma que as colunas do claustro vieram de S. João da Ponte⁴⁴, informação que devemos interrogar porque é muito posterior às obras do claustro e, fundamentalmente por não sabermos em que documento colheu esta informação. Deve registar-se, no entanto, que o mosteiro de S.

Velha) e Évora no trabalho de: Villamariz, Catarina P. Oliveira M. Madureira, *Claustros Góticos Portugueses. Séculos XIII a XV*, Lisboa, v. 1, 1997, (dissertação de Mestrado policopiada apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).

⁴⁰ Cfr. o *Inventário geral da Insigne e Real Collegiada (...)* Anno Domini 1665 publicado por Meira, João de, *Collegiada de Guimarães*, «Revista de Guimarães», Guimarães, v. 25, nº 1, Jan., 1908, p. 50.

⁴¹ Agradecemos à Dr^a Manuela Alcântara dos Santos, Directora do Museu Alberto Sampaio, a sua preciosa informação sobre a existência deste documento, assim como de outros como o *Tombo das igrejas da Collegiada de 1682*, *O Regimento da Sacristia (...)* de 1663, e somos gratos pela disponibilidade na procura de fotografias coevas do restauro, e pelas suas informações e opiniões sempre tão lúcidas e amáveis.

⁴² *Livro de Lembranças de muitas/ cousas notaveis que ha na muito/ devota Igreja Collegiada de nossa/ Sra da Oliveira da Villa de/ Guimarães do Arcebispado de Braga/ feito no anno de mil seiscentos/ e vinte pello P^e Pedro de Mesquita, conigo (...) ha vinte e cinco annos na mesma Igreja.*

A.M.A.P., Colegiada de Guimarães, ms. A-5-4-65.

⁴³ Azevedo, P^e Torquato Peixoto de, *Memórias ressuscitadas da antiga Guimarães*, Porto, 1845, (transcrição de uma cópia setecentista do manuscrito de [1692]), p. 245.

⁴⁴ Craesbeeck, Francisco Xavier da Serra, *Memórias Ressuscitadas da Provincia de Entre-Douro-e-Minho no ano de 1726*, Ponte de Lima, Edições Carvalhos de Basto, Lda, v. 1, 1992, p. 138.

João da Ponte pertencia à colegiada de Guimarães. Em 957 o rei Ramiro doara aquele mosteiro a sua tia Mumadona Dias e aos frades e freiras do cenóbio vimaranense⁴⁵. Em 1406 a igreja de S. João da Ponte foi anexada à mesa do cabido de Guimarães⁴⁶ actualizando uma situação institucional muito antiga.

Não devemos excluir a hipótese de um reaproveitamento de materiais construtivos que a informação de Craesbeek faz colocar, tratando-se para mais de igrejas anexas.

António Augusto Gonçalves, em viagem pelo norte do país, em 1895, cuja finalidade era a de recolher elementos que lhe permitissem um rigoroso restauro da Sé-Velha de Coimbra⁴⁷, escreve:

«Guimarães

10 de Julho 95

Claustro da Collegiada de Guimarães

Em estylo romanico. Porem nem todos os capiteis são da edificação primitiva; antes parece que muitos e muitos foram renovados em tempo de D. Manoel. Quasi que ate diria que tudo é do tempo de D. Manoel isto é, os capiteis e columnas, apparecendo em alguns a intenção de imitar capiteis romanicos. Por exemplo este:

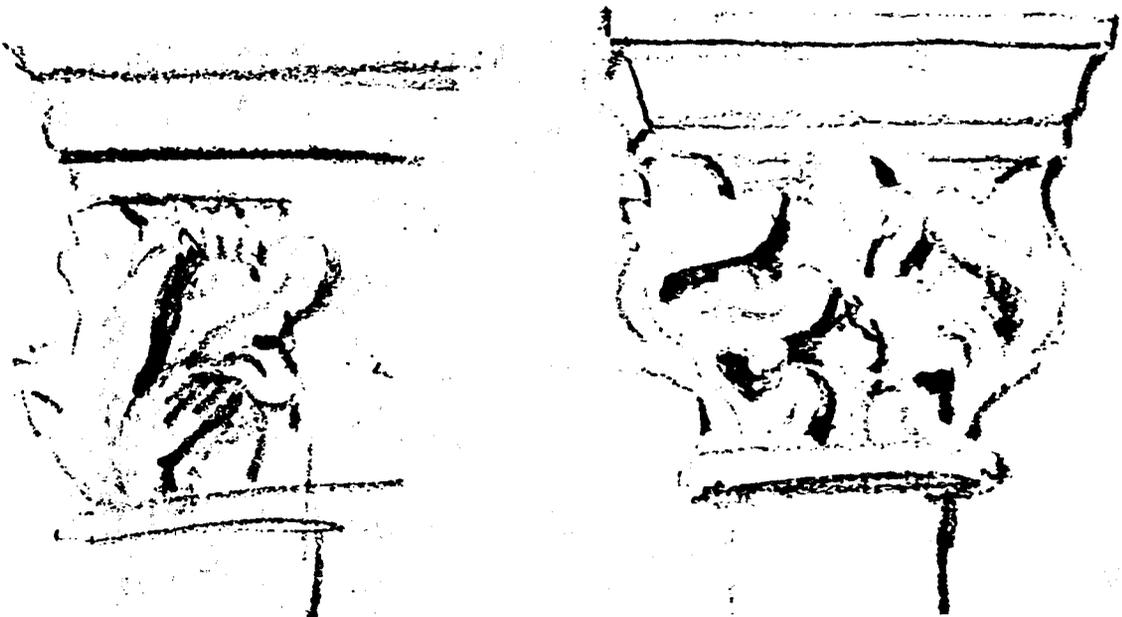


Fig. 2 – Eis aqui um dos mais romanicos

⁴⁵ Marques, José, *O.c.*, p. 623.

⁴⁶ Idem, *ibidem*, p. 543.

⁴⁷ V. o que escrevemos a propósito em: Rosas, Lúcia Maria Cardoso, *Monumentos Pátrios. A arquitectura religiosa medieval – património e restauro (1835-1929)* (...), v. 1, pp. 216-246.

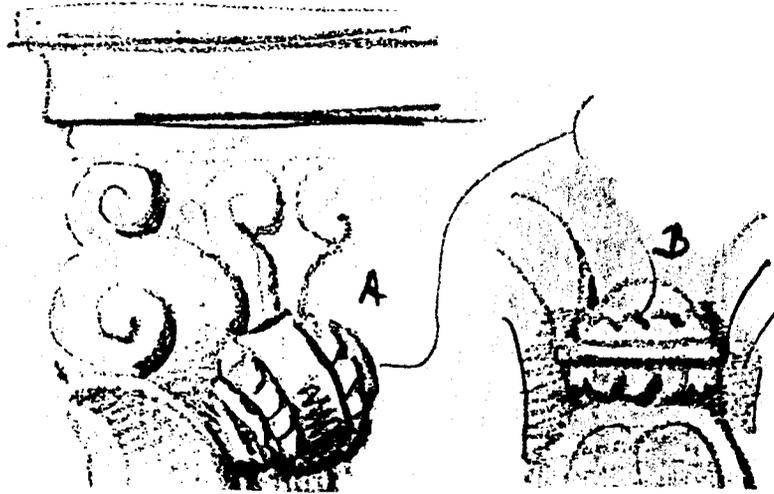


Fig. 3 – A-B Este motivo central é repetido em muitos capitéis de feição românica e é cruamente manuelino

A parte mais antiga que resta do claustro é apenas as arcadas de cintro pleno. As abobadas nada tem que ver.

N'uma segunda visita:

Positivamente toda a construção é manuelina. Sem sombra de duvida para mim. Posso sustentar com segurança esta opinião.

Se é certo que se da como assente que o claustro é românico, é necessario desfazer este erro. As arcadas são inteiramente manuelinas, de cintro pleno. É vulgar o cintro pleno no manuelino. Dentro da propria igreja da collegiada lá está um exemplo; o arco principal do nartex, ou galilé (?) da sé de Braga. Isto para só citar exemplos que tenham, pela proximidade, maior aceitação (...)»⁴⁸.

As observações de A. A. Gonçalves, quando visita o claustro coincidem com a informação relativa a obras na época manuelina reveladas no documento de 1620. Gonçalves era um observador atento e experimentado, com conhecimentos de arte medieval alicerçados em sólidas leituras da mais actualizada bibliografia europeia da época, sabia desenhar, o que perssupõe uma acutilância visual que faz dele um observador privilegiado, conhecia o trabalho tradicional da pedra, que ensinava na Escola Livre de Artes do Desenho, em Coimbra⁴⁹ e teve ocasião de observar o claustro antes do restauro.

O *Inventário* de 1665, a que já aludimos, reforça explicitamente a ideia que o claustro foi reformado:

«Os dois túmulos antigos que estão no claustro junto ao altar da piedade, por outro nome de S. Luiz⁵⁰, que mostram ser da Igreja antiga *antes da reforma das claustras*

⁴⁸ B.M.C., ms. de António Augusto Gonçalves, Manuscritos vários. Cfr. a ordenação que demos aos manuscritos de A. A. Gonçalves, cuidadosamente guardados na B. M. C., embora ainda não classificados arquivisticamente em: Rosas, Lúcia Maria Cardoso, *O. c.*, v. 2, pp. 508-509.

⁴⁹ Cfr. o que escrevemos a respeito da formação teórica e prática de António Augusto Gonçalves em Rosas, Lúcia Maria Cardoso, *O. c.*, v. 1, pp. 216-226.

⁵⁰ Este altar situava-se no limite ocidental da galeria sul segundo o trabalho de: Teixeira, Maria Emília Amaral, *O. c.*, p. 133 (v. planta e respectiva legenda).

jazem nelles João Gonçalves Bacharel e Brites Rodrigues sua mulher irmã de Duarte Rodrigues de Valladares (...)»⁵¹.

As obras do claustro, encomendadas por D. Diogo Pinheiro⁵² deverão ser datadas entre as duas primeiras décadas do século XV quando aquele vigário da Ordem de Cristo foi prior da Colegiada, e mandou terminar a torre da igreja, iniciada por seus pais, Pedro Esteves Cogominho, ouvidor das terras do Duque de Bragança e D. Isabel Pinheiro, que ali se fizeram tumular⁵³. A torre é, sem dúvida, dada a tipologia do programa decorativo dos vãos, remate das arestas e coroamento, uma obra da época manuelina.

No claustro devemos realçar os capitéis de tipo *almofada* (fig. 4) datáveis do século XVI, outros inspirados em capitéis românicos (fig. 5), a moldura que superiormente sublinha os arcos (fig. 6), e o alçado composto por um estilobato muito alto relativamente ao pé-direito das colunas e dos arcos.

Na igreja de Gatão (Amarante) o arco cruzeiro apoia-se em capitéis comparáveis a exemplares do claustro da Colegiada de Guimarães. A igreja do mosteiro de Mancelos, (Amarante), conserva importantes vestígios da época românica, com relevância para o pórtico ocidental cujos capitéis, como os de Gatão, recordam outros igualmente de Santa Maria da Oliveira⁵⁴. Não obstante, o tratamento do motivo similar é muito distinto, já que nestas igrejas românicas resulta em escultura de desenho duro, enquanto no claustro a intenção é naturalista e atenta à nitidez da ornamentação carregada (fig. 7).

Segundo a opinião de Carlos Alberto Ferreira de Almeida, nas arcadas das galerias do claustro, de meio ponto, é de recordação árabe a moldura que acompanha o extradorso dos arcos⁵⁵.

Creemos que se trata de uma recordação árabe englobada contudo, não no mudejarismo do século XIII, mas no ambiente do revivalismo mudéjar do século XVI, fenómeno artístico para o qual têm chamado a atenção José Custódio Vieira da Silva e Pedro Dias⁵⁶. É certo que o mudejarismo da época de D. Manuel é visualmente mais evidente no Alentejo, pela diversidade cromática dos materiais empregues – tijolo, cal, madeira – comparáveis a edifícios da mesma época de Castela, Leão e Andaluzia, mas a quantidade de tectos de *alfarge* (mudéjares) do século XVI ainda presentes em igrejas de Trás-os-Montes, Beira Alta, Minho e Estremadura não deixam dúvidas quanto à alargada disseminação das formas artísticas de gosto mudejar no reinado de D. Manuel e anos subsequentes⁵⁷. A persistência desta moda (ou modo) é um indicador que nos chama a atenção para os aspectos referidos do claustro da Colegiada de Guimarães.

Há motivos de capitéis, miscigenados com outros ao gosto românico, que vemos, por exemplo, na entrada da sala do capítulo do convento do Lóios de Évora (século XVI)⁵⁸, capitéis-almofada semelhantes aos das galerias oeste e norte do Mosteiro de

⁵¹ Meira, João de, *Collegiada de Guimarães*, (...), p. 51. Sublinhado nosso.

⁵² D. Diogo Pinheiro morreu em 1526 e está sepultado em túmulo de desenho renascença na Igreja de Santa Maria do Olival (Tomar). Foi comendatário de São Simão da Junqueira, Carvoeiro e Castro de Avelãs, vigário de Tomar e nomeado como primeiro bispo do Funchal (onde nunca esteve) em 1514, por D. Manuel.

⁵³ Sobre D. Diogo Pinheiro e os seus pais cfr. a documentação já citada. V. também Caldas, António José Ferreira, *O.c.*, v. 2, p. 19-20 assim como S./v. *Pinheiro, (D. Diogo)*, «Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Lisboa/Rio de Janeiro, v. 21, s./d.

⁵⁴ Cfr. Almeida, Carlos Alberto Ferreira de, «O românico», *História da Arte em Portugal*, Lisboa, v. 3, Publicações Alfa, 1986, p. 101.

⁵⁵ Idem, *ibidem*, p. 80.

⁵⁶ Cfr. Silva, José Custódio Vieira da, *O Tardo-gótico em Portugal. A Arquitectura no Alentejo*, Lisboa, Livros Horizonte, 1989, p. 109 e Dias, Pedro, *Arquitectura Mudéjar Portuguesa: tentativa de sistematização*, sep. «Mare Liberum», Lisboa, nº 8, Dez. 1994, *passim*.

⁵⁷ Dias, Pedro, *Arquitectura Mudéjar (...)*, pp. 81-83. O autor inventaria tectos de laçaria mudéjar, datáveis dos séculos XV, XVI e XVII em Caminha, Bragança, Arguedeira, Ferreira de Aves, Escarigo, Leomil, Castelo Bom, Vilar Formoso, Castelo Mendo, Marmeleiro, Vila de Touro, Sortelha, Penha Garcia, Seixo da Beira, Coimbra, Soure, Redinha, Lisboa, Sintra, Santa Iria de Azóia, Dois Portos e Varatojo.

⁵⁸ Na datação dos elementos artísticos do Alentejo seguimos a obra citada de José Custódio Vieira da Silva.

S. Bento de Castris (Évora) [século XV] (fig. 8). Nas mesmas galerias encontramos, no interior um tipo de moldura, acompanhando o extradorso dos arcos⁵⁹, semelhante ao que vemos – exteriormente – na Colegiada de Guimarães, motivo que no mosteiro alentejano será retomado no segundo piso, obra posterior a 1520, interna e externamente, onde de forma deliberada e explícita foi imitada a galeria inferior e reaproveitados materiais das quadras derruídas⁶⁰.

Supomos que algo similar terá ocorrido na reforma do claustro de Guimarães. O claustro anterior, hipoteticamente de feição mudéjar do século XIII, a julgar pelo precioso testemunho da porta da sala do capítulo datável dessa época, terá inspirado o arranjo da época manuelina que tantas obras realizou segundo aquele gosto, como já referimos.

Os elementos de inspiração românica foram esculpidos no mesmo capitel, juntamente com elementos ao gosto manuelino (fig. 6), no desenho, na técnica e na disposição no cesto, de acentuada volumetria relativamente ao fuste⁶¹, tal como surgem na arquitectura mudejar do Alentejo, embora o granito empregue em Guimarães não confira a mesma relação plástica entre os diversos motivos, o que, numa primeira impressão, torna pouco evidentes a semelhança entre os repertórios estilísticos.

Devemos ainda notar que Alfredo Guimarães (que dirigiu as obras iniciadas em 1928) tinha a convicção que o claustro era românico⁶² e acentuou, em alguns elementos, o carácter desse estilo. Fotografias realizadas durante as obras de restauro patenteiam a introdução de elementos novos, como capitéis copiados de outros, principalmente na ala ocidental, totalmente refeita, (fig. 9) já que anteriormente se encontrava entaipada ou mesmo destruída por uma construção encostada ao muro sul da igreja.

A documentação e a observação do arranjo do claustro de Guimarães – sobretudo quando conjugados os elementos comparáveis com a arte mudejar do Alentejo – parecem-nos justificar a revisão da cronologia deste claustro e uma maior atenção ao fenómeno, ainda mal conhecido, da arte mudejar no Norte do país.

⁵⁹ Esta moldura é semelhante no claustro do Convento do Espinho (Évora). O motivo utilizado no primeiro piso, no século XV, é retomado e até enfatizado no 2º andar construído entre 1520 e 1522.

⁶⁰ Silva, José Custódio Vieira da, *O. c.*, p. 107-109.

⁶¹ *Idem, ibidem*, p. 23.

⁶² Alfredo Guimarães compara o claustro da colegiada a exemplares românicos de Cardena, Burgos, e ao da Seo de Urgel (Lérida): *Guimarães. Guia de Turismo*, Câmara Municipal de Guimarães, 1940, p. 112.



Fig. 4 – Capitel – Almofada



Fig. 5 – O capitel do centro apresenta, unindo os caulículos, um motivo comum à ornamentação da época manuelina, como já o notou A. A. Gonçalves, (fig. 3).

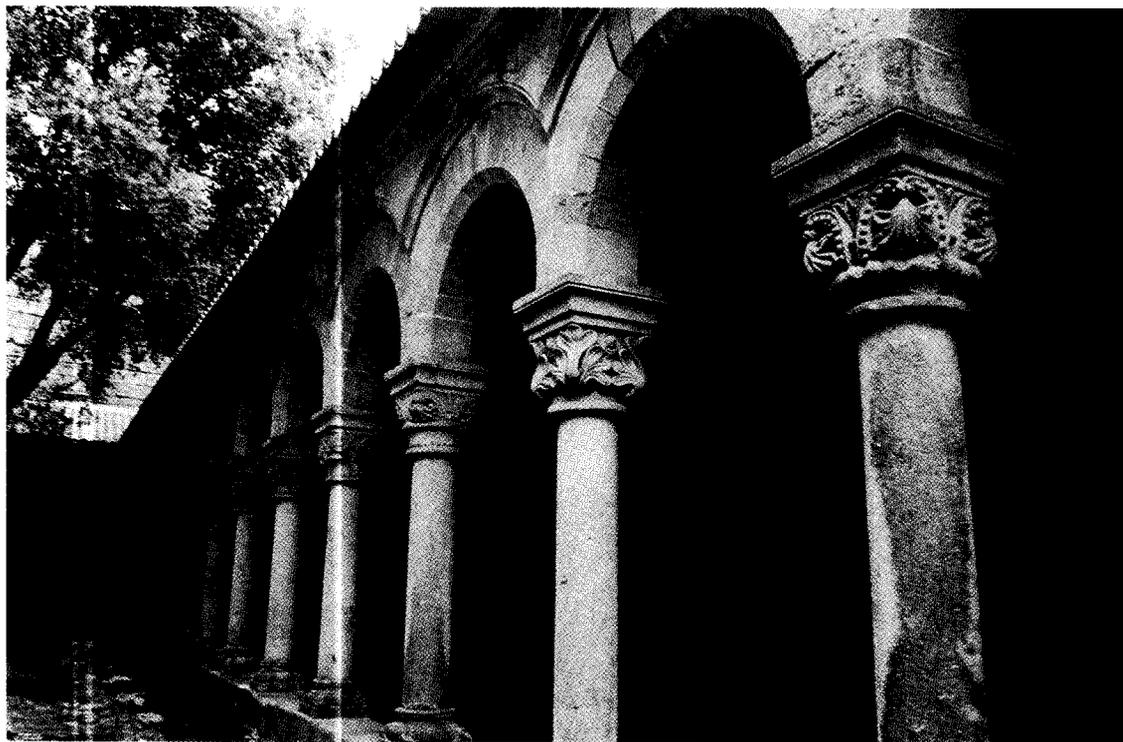


Fig. 6 – Ala sul

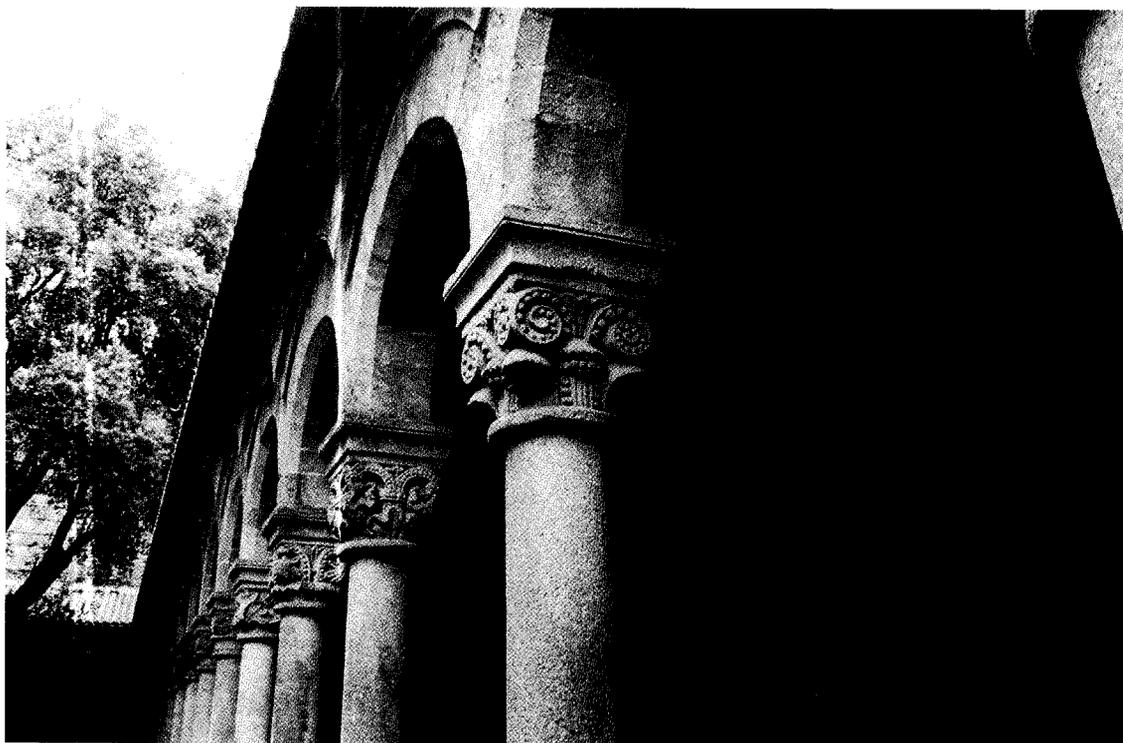


Fig. 7 – No texto referimos o primeiro capitel.



Fig. 8 – O capitel da esquerda desenvolve um motivo românico juntamente com um nó, ao centro, frequente nos capitéis mudejares do Alentejo. O capitel da direita, de acentuado cariz naturalista, apresenta uma máscara no meio da folhagem em disposição comum no final da Idade Média em Leão, Andaluzia e sul de Portugal.

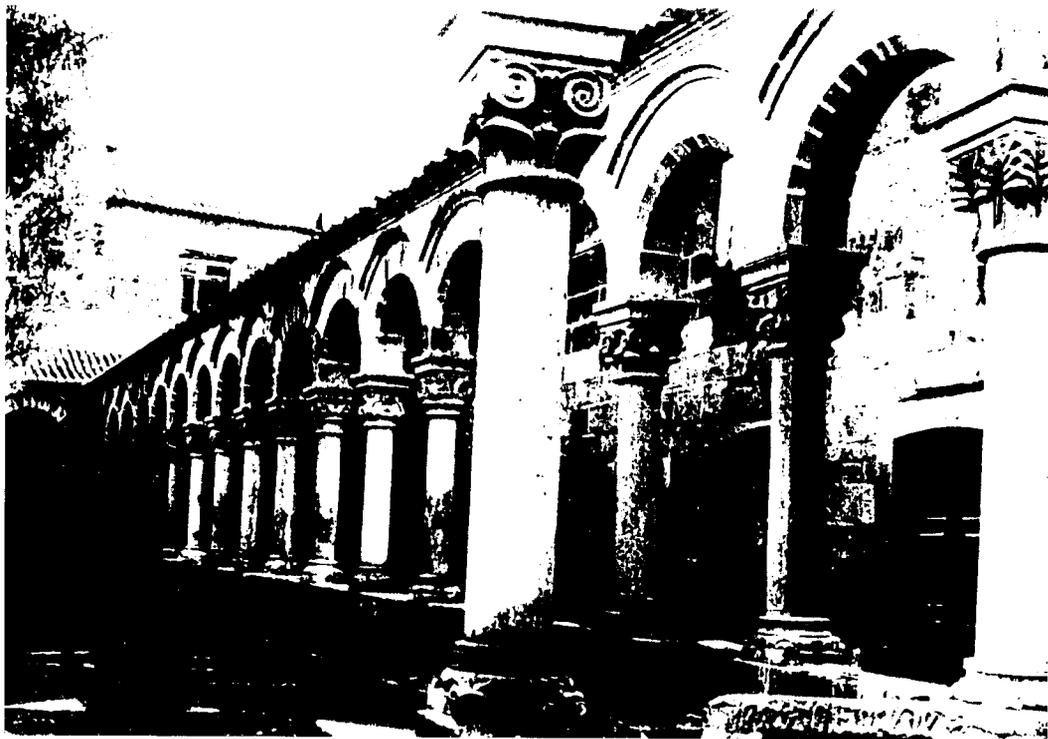


Fig. 9 – Ala ocidental durante as obras de restauro.